

PARAHYBA OU JOÃO PESSOA? DISPUTAS E MEMÓRIA SOCIAL

ANTONIO FERNANDOCORDEIRO GUEDES JUNIOR*

Na sétima temporada do famoso desenho americano *Os Simpsons*, há um episódio bastante curioso sobre a História e a função da História na sociedade, este episódio é chamado *Lisa, a iconoclasta*.

No referido episódio a cidade de Springfield, onde moram os Simpsons, se prepara para comemorar o bicentenário de sua fundação, algo que mexe muito com toda a cidade. Na escola, Lisa Simpson e seus colegas de sala são solicitados pela professora para que apresentem um ensaio sobre o fundador da cidade Jedediah Springfield, que inclusive deu nome a cidade.

Lisa empreende sua pesquisa a procura de informações na Sociedade Histórica de Springfield, tentando levantar sua narrativa sobre a personagem em questão. Lá encontra o curador Hollis Hurlbut, responsável pela guarnição da memória do ilustre Springfield, tido por todos como exemplo de valentia, moralidade e “bom espírito”, características estas que criaram a identidade daquela comunidade. Entretanto, em meio a suas pesquisas, Lisa encontra um manuscrito antigo que, ao ler, descobre não só que se tratava de um escrito do próprio Jedediah Springfield, como também uma revelação de que ele era uma fraude, se tratava das “confissões secretas de Jedediah Springfield”.

O seu nome real era Hans Sprungfeld, um pirata que tentou assassinar George Washington e, não tendo êxito, fugiu. Teria tido a necessidade de recomeçar a vida mudando de identidade para não ser perseguido e acabou por fundar a cidade que leva seu segundo nome, transformando-se em herói e tendo sua memória revertida para a posteridade, ao contrário do pirata que nunca havia deixado de ser na verdade.

Lisa ao descobrir a História de Jedediah entra em conflito consigo mesma e passa a tentar desmistificar o herói bicentenário diante de todos. Ao escrever o trabalho para a escola, acaba por receber a menor nota possível, pois era inadmissível para a professora, aquela narrativa “difamatória”.

Ainda em sua campanha contrária ao herói exaltado por toda a cidade, tem suas ideias menosprezadas pelos mais diversos personagens que encontra. Os motivos para o menosprezo são vários, inclusive pessoais. Lisa retorna ao curador Hollis Hurlbut e

finalmente consegue sua confissão, ou seja, realmente o curador já havia passado pelo mesmo conflito que Lisa, mas decidiu encobrir tudo. Lisa e o curador agora resolvem esclarecer tudo a sociedade e partem para o desfile que acontece na cidade. Crianças, jovens e adultos em um momento cívico participavam do ducentésimo aniversário da cidade. Hollis consegue interromper o desfile e diz que Lisa tem uma descoberta importante sobre Jebediah Springfield, passando em seguida a palavra a ela. Lisa, diante de toda a população, dos valores exaltados e da união da cidade, não revela, pois descobre que o mito de Jebediah Springfield “desperta o que há de melhor no povo da cidade”.

Há, em todo o episódio, questões interessantes para serem refletidas, a saber: por que a narrativa de Jebediah Springfield era importante para o povo da cidade? O que aconteceria se Lisa revelasse a verdade sobre aquele herói? Por que Lisa decidiu não revelar o que sabia?

No nosso objeto de estudo coisas semelhantes acontecem ao episódio dos Simpsons, a diferença é que, ao contrário de Lisa, o nosso personagem tem coragem e se propõe revelar a sua desejada verdade sobre o herói que intenta desmascarar. Então nossa narrativa não acaba como a de Lisa Simpson¹...

Flávio Eduardo Maroja Ribeiro, conhecido por "Fuba" ou ainda "Mestre Fuba" é engenheiro, músico, compositor, escritor, autor, poeta e produtor cultural. É um dos fundadores do Bloco Carnavalesco “Muriçocas do Miramar” e do Projeto Folia de Rua. Como produtor cultural, produziu vários artistas e implantou o Projeto Seis e Meia na Paraíba. Fuba também é político e publicitário. Natural de João Pessoa, passou boa parte da infância em Campina Grande. Sua inquietude, porém, o fez morar onze anos no Rio de Janeiro e dez em São Paulo. Passou por três cursos de engenharia, primeiro Engenharia Elétrica que cursou durante dois anos e depois transferiu para Engenharia Mecânica e, em seguida, para Engenharia Civil.

* Professor Mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN

¹ Desenho assistido durante ação de extensão, intitulado de: Teoria, pesquisa e ensino de história: para conhecer o pensamento de Jörn Rüsen, pelo Departamento de História da UFRN. Na oportunidade discutimos a função da História no referido episódio e suas repercussões na sociedade. Entendemos que a busca pela "verdade histórica" empreendida pela personagem muito se assemelhava as pretensões de Fuba e por isto acreditamos ter sido pertinente esta ilustração.

Fuba também já exerceu cargos políticos. Sua incursão na área aconteceu em 1995, quando se filiou ao PPS. Em 1996, foi candidato a vice-prefeito de João Pessoa na chapa encabeçada pelo deputado federal Luiz Couto, pela coligação PT/PPS/PV. Chegaram em terceiro lugar, perdendo por poucos votos, na corrida ao segundo turno. Depois, só reapareceu na cena política em 2003, quando foi candidato a vereador e venceu as eleições pelo PSB. Durante esses anos publicou em 1981 o livreto “Apenas um dia...” e a “Estrela Satelitica”, além de vários folhetos de cordel e já em 2005 lançou o livro de crônicas “Nas ruas de nossas cabeças”.

Em 04 de Setembro 2008, foi lançada em João Pessoa a obra “Parahyba 1930: A Verdade Omitida”. A produção gráfica é da Editora Sal da Terra, da própria capital. O livro possui 492 páginas e conta com 117 fotos dos Arquivos da organização não governamental Parahyba Verdade, de Gilberto Stuckert, de Natércia Suassuna, do Instituto Paraibano de Genealogia e Heráldica, dos arquivos particulares de João Paulo Sette e Sylvia Jabour, além dos arquivos do próprio autor.

Em novembro de 2007, o então vereador mais conhecido como Fuba, estava à frente das ações e atividades do Movimento Paraíba Capital Parahyba (MPCP), com a realização de várias reuniões e formação de grupos de discussões. O objetivo do movimento era convocar a população a um plebiscito para decidir se, não só o nome da cidade, como também alguns de seus símbolos, como a bandeira estadual deveria ser mudado.

O MPCP alegava que a homenagem ao presidente do Estado da Paraíba na época foi feita num momento de comoção social, e que não existe um consenso a respeito da memória de João Pessoa para que ele merecesse tantos méritos. O movimento pretendia trazer de volta o nome antigo da capital: Parahyba, e também a antiga bandeira pré-1930. Integraram o MPCP historiadores, geógrafos, artistas plásticos, músicos, escritores, jornalistas, estudantes e educadores. Nas palavras do próprio Fuba:

A proposta central do Movimento é de que haja oportunidades para que a população da Capital paraibana tenha acesso à sua verdadeira história,

*recuperando, dessa forma, a sua identidade e conseqüentemente sua auto-estima.*²

Acreditamos ter aqui um problema bem delineado. Entendemos, de fato, que esta é uma reflexão muito séria, porque nos lembra o quanto há de político, no sentido de confronto de visões e projetos sociais diferentes, no ato de nomear ruas, praças e, principalmente, cidades. Independentemente da escolha do nome, é sempre algo cercado de significados, porque tem relação com a memória coletiva de uma sociedade, aquilo que um povo pretende valorizar e perpetuar de seu passado. Renomear é uma escolha que está intimamente ligada ao momento presente, a outras funções a qual desejamos problematizar, pois ter o controle sobre o espaço, o direito de nomeá-lo, é também um exercício e uma forma de conquistar poder.

Em fevereiro de 2008, o MPCP ampliou sua ação, com o lançamento do “Coletivo Cultural Anayde Beiriz”, rememorando outra personagem histórica da Revolução de 1930 que teria feito parte dos vencidos. Este coletivo congregou artistas, escritores e poetas. Em Setembro do mesmo ano, Fuba lança seu livro: *Parahyba 1930: a Verdade Omitida*. Nessa obra o autor procura, em sua concepção, desmistificar os muitos “equivocos” em torno de 1930, e a necessidade da sociedade em buscar sua identidade e restaurar/resgatar seus símbolos verdadeiros.

A obra de Fuba surge em um momento de acirrada disputa do Movimento Paraíba Capital Parahyba, numa tentativa de fazer o movimento ganhar corpo e adeptos. Porém, a obra vai além dessa intenção, ela é mais do que isso, é a materialização do movimento em uma obra de caráter histórico. Contou com apoio da ONG Parahyba Verdade, do Movimento Bandeira Viva³, do Coletivo Cultural Anayde Beiriz⁴ e de

² Mais informações podem ser encontradas em <http://www.cmjp.pb.gov.br/Noticia/1001_movimento-pela-mudanca-do-nome-da-capital-sera-intensificado-em-fevereiro>. Acesso em: 01 jun. 2010.

³ O Movimento Bandeira Viva foi criado em meados de 2005 e objetivava mudar a bandeira da Paraíba. A iniciativa teria partido de estudos feitos por historiadores que acreditam que a bandeira do Estado não representa o povo paraibano. Mais informações ver em: <<http://movimentobandeiraviva.blogspot.com/>>.

⁴ O Coletivo Cultural Anayde Beiriz, foi criado a partir do Movimento Paraíba capital Parahyba, com o objetivo de incentivar a revisão da História da Paraíba através de atividades artísticas e culturais, bem como de servir como mais um canal de difusão das expressões artísticas e culturais da Paraíba. Objetivava ainda resgatar na memória das pessoas a história de vida daqueles que lutaram pela liberdade em todas as suas formas. Mais informações ver em: <<http://coletivoculturalanaydebeiriz.blogspot.com/>>.

todos seus integrantes que alegavam ter a intenção de resgatar e preservar a História, a cultura e arte da Paraíba.

Assim, nas palavras de Langaro (2009, p. 43),

pode-se entender esses movimentos como construções de noções hegemônicas de lugar, criadas por diferentes sujeitos, com o objetivo de instituir um referencial espacial. Esses podem ser processos que não se dão em uma via única, mas dentro de um campo de tensão que envolve as relações sociais vividas por sujeitos e grupos sociais.

Esse momento identificado traz à tona histórias, memórias e disputas,

como realidade social criada e continuamente realimentada, tendo a memória como grande elemento que lhe confere materialidade, visibilidade e sustentação. Uma memória que não se constrói como “ideologia”, mas como campo de disputas que tem como terreno comum as relações sociais e as tensões e conflitos que se travam entre diferentes sujeitos (LANGARO, 2009, p. 46).

O livro suscita promover reflexões por parte do leitor e da historiografia oficial, fazendo-se mostrar o outro lado da Revolução de 30. Para o autor, nossa bandeira tem as cores do casuísmo, de uma comoção, de luto e tristeza que já perdura exageradamente. Aqui urge a busca por uma revisão histórica, aonde este livro vem no pretenso objetivo de informar ao leigo, esclarecer os que têm dúvida e retomar a “verdadeira” História. Há uma necessidade clara de resgatar, restaurar, de fazer reparos em uma História que cometeu enganos, de abrir os olhos um povo que foi enganado e manipulado por um pequeno grupo que se mantinha no poder.

Partimos do pressuposto de que a História é constantemente reescrita, porque as mudanças dos homens e das sociedades no tempo trazem novas problemáticas e exigem investigações novas para se identificar as rupturas e as permanências. Assim, Fuba faz uma nova construção da representação do evento, tenta uma (des)construção e uma (re)significação da memória. Concordamos que devemos desconstruir a identidade pessoense, pois é necessário desmontar esta memória para entendê-la. Entretanto não interessa a “Verdade Omitida”, não interessa saber qual é a verdade, o que interessa é

entender as operações de memórias que buscam uma intencionalidade para o futuro, um objetivo que se dá na continuidade.

Nesse contexto, Tedesco (2002, p. 9), nos chama atenção para que

Lidar com memória é mexer com gente, com interpretações presentificadas e, por que não dizer, intencionalizadas; com representações sociais reificadas e/ou pouco explicadas em termos de origem e objetivo; com camadas múltiplas de tempos e de espaços que se alimentam ou não de valores e significados culturais, manifestos nas condições objetivas de existência no passado, na atualidade e com intenções projetivas.

PARAHYBA 1930: a verdade omitida

A primeira frase da obra é emblemática: “Não sou historiador e nunca pretendi ser” (RIBEIRO, 2008, p. 9). Apesar da alegação, a obra tem caráter histórico, mais do que isto, tem uma função histórico-social da qual não podemos deixar de observar. Se o autor não ambiciona ser historiador, faz uso da História, como também da memória em jogo, para um objetivo. Fuba tenta mostrar que a “verdade” histórica desmistifica os heróis de 1930 e permite corrigir os equívocos: “A Paraíba está cheia de equívocos, e João Pessoa é um deles” (RIBEIRO, 2008, p. 10).

Fica claro, portanto, que o caminho da “verdade” será perseguido pelo autor, desde o título da obra, até suas considerações finais, tendo isto não só como objetivo, mas como necessidade. “É necessário, porém, conhecer os verdadeiros motivos que levaram a isto, através de uma análise justa e fiel, resgatando, sobretudo, o outro lado da história” (RIBEIRO, 2008, p. 10). O que devemos manter sempre presente é a necessidade da busca pela verdade se utilizando de um caráter imparcial, neutra.

É bem verdade, e compreensível, que todos nós busquemos na ciência, de maneira geral, e principalmente na investigação histórica, a verdade das coisas. Afinal, parece ter sido isto a motivação maior que levou o homem a tantos descobrimentos. Entender realmente como as coisas acontecem, por que acontecem, quando acontecem e onde acontecem.

Temos, no entanto, de ter bem presente que o sujeito, ao evocar/lembrar, não conta o que aconteceu, mas a sua reelaboração, a representação do real na qual as vivências do presente interferem, em diferentes escalas, no processo de reconstituição. A memória envolve campos de significados que são

constituídos nas relações sociais (grupos de referência e espaços de sociabilidade) (FÉLIX, 2002, p. 24).

Para nós, historiadores, já sabemos o quanto é problemático tentar estabelecer uma “verdade histórica”, relatar os fatos tais quais eles ocorreram. Bem sabemos que engajamos nossas verdades naquilo que acreditamos, e que fazemos isto a partir de nosso espaço, do nosso posto de observação, com as fontes que antecipadamente nós escolhemos.

Em sua obra é possível verificar o uso demasiado de palavras como resgatar, restaurar, restabelecer, recuperar. Mas até que ponto resgatar, restaurar, restabelecer ou recuperar o passado é de fato fazê-lo (se é que isto é possível) senão criar um novo paradigma social que usa, ou pretende usar, elementos de um passado histórico real ou imaginário?

O passado continua a ser a ferramenta analítica mais útil para lidar com a mudança constante, mas em uma nova forma. Ele se converte na descoberta da história como um processo de mudança direcional, de desenvolvimento ou evolução. A mudança se torna, portanto, sua própria legitimação, mas com isso ela se ancora em um “sentido do passado” transformado (HOBSBAWN, 1998, p. 30).

As falas de Fuba são amplamente adjetivadas, que objetiva mostrar um discurso comprometedor de várias memórias existentes. Não estamos aqui para cobrar um posicionamento “acadêmico” do autor, nem somente para criticar sua obra, uma vez que nosso objetivo é problematizar sua fala para quem ele fala, ou seja, buscamos perceber como sua retórica acaba por ser pertinente para àqueles que, para ele, no passado foram manipulados, exercendo uma função social importante.

Ecléa Bosi, em sua obra *Memória e Sociedade*, nos faz uma observação coerente ao tratar de memórias políticas. Parece ser este aqui o nosso caso, onde esta memória que está em jogo está indubitavelmente circundada de um debate que atinge o político, a cidadania, a identidade, a representação de uma sociedade. Colocar em xeque a memória pessoense é remeter-se a todos estes conceitos. Vamos às palavras de Bosi (1987, p. 371), para quem

na memória política, os juízos de valor intervêm com mais insistência. O sujeito não se contenta em narrar como testemunha histórica “neutra”. Ele quer também julgar, narrando bem o lado em que estava naquela altura da História, e reafirmando sua posição ou matizando-a.

Bem verdade que quando Bosi nos dá esta contribuição, fala principalmente dos depoimentos de pessoas que participaram efetivamente dos acontecimentos aos quais se remetem. Entretanto, acreditamos que falar de política, mesmo não tendo participado diretamente dos fatos, é se posicionar de alguma maneira. Além de que a composição de nossa memória é feita também de maneira indireta, ou seja, há uma memória coletiva, social, do grupo do qual participamos e que absorvemos. São os quadros sociais aos quais Maurice Halbwachs se referiu em *A Memória Coletiva*, onde a presença de grupos de convívio e de referência são fundamentais no tocante a sua ação na formação da memória de cada indivíduo.

Para Halbwachs (1990) a memória se forma nos grupos de convívio que, por sua vez, formam os quadros sociais. A memória poderia ser dividida então em coletiva, vivida, e histórica, aprendida. É sobre esta memória histórica, aprendida, que gostaríamos de chamar atenção, pois há nela uma pretensão objetiva.

Seria fútil de minha parte querer reacender uma briga entre perrepistas e liberais, acontecida há mais de 70 anos, e que só prejuízo trouxe para nossa cidade e o nosso Estado, porém é necessário restabelecer a verdade para que as futuras gerações tomem conhecimento do que aconteceu naqueles fatídicos anos em que o autoritarismo, a intransigência, o fanatismo e a comoção tomaram conta da sociedade, manipulados pelas oligarquias vigentes, provocando um desequilíbrio coletivo que trouxe, como principal consequência, o interrompimento do nosso passado e da nossa história (RIBEIRO, 2008, p. 11).

Para Fuba houve uma interrupção em nossa História que deve ser renegado a luz da veracidade dos acontecimentos. Há um pretenso objetivo de transformar uma memória histórica: “É necessário restabelecer a verdade para que as futuras gerações tomem conhecimento do que aconteceu”. Parece se ignorar o papel da sociedade, como se ela fosse sempre manipulável, que sempre cai nos planos daqueles que forjam a História e a memória. Há um tratamento da sociedade como passiva diante dos sujeitos históricos, como se ela mesma não fosse composta de sujeitos, fosse homogênea e apática.

Sabemos que dentre os códigos simbólicos a linguagem falada e a escrita são, sem sobra de dúvidas, os fatores mais importantes de estruturação da História e da

memória. Escrever uma História é legitimá-la, é deixá-la como legado às gerações futuras, é possibilitar àqueles que não possuem o conhecimento de adquiri-lo, é socializar um saber, um conhecimento. O livro *Paraíba 1930* é dedicado ao MPCP e seus colaboradores, sendo uma extensão do movimento e ferramenta escrita do mesmo. É também dedicado àqueles que “entendem necessário uma revisão histórica, excluída de preceitos e preconceitos, irmanados no pensamento de querer restaurar, sobretudo, a nossa memória” (RIBEIRO, 2008, p. 15).

Nas palavras de Adhailton Lacet Porto, que prefacia o livro, a obra “vem para esclarecimento das novas gerações, afastando a nolição imposta por alguns escritores a respeito da história da Paraíba”. Parece ser realmente esta a função social da obra, abrir os olhos da sociedade paraibana para os erros de sua História, na tentativa de corrigi-los, se é que isto seja possível.

A última mudança do nome aconteceu “no dia 1º de Setembro de 1930, trinta e sete dias após a morte de João Pessoa, realizou-se uma Sessão na Assembleia Legislativa na tentativa dessa grotesca mudança”. (RIBEIRO, 2008, p. 43). Nosso autor se utiliza sempre do estapafúrdio para caracterizar as mudanças feitas dentro do contexto de 1930, mais uma vez desmerece as dinâmicas e mudanças sociais.

Há algo interessante a respeito de um dos símbolos maiores do Estado da Paraíba que também é colocado em xeque pelo MPCP, a bandeira. Antes da atual, que faz referência a morte de João Pessoa e ao luto, a bandeira anterior, ao qual o MPCP tomou como símbolo do movimento, havia sido extinta em 1922, no governo Sólon de Lucena num movimento patriótico em prol da unidade nacional, ou seja, havia oito anos que o Estado da Paraíba não tinha uma bandeira. É ponto importante de ressaltar, pois muitos acreditam que a bandeira atual foi colocada em detrimento de uma anterior, substituindo-a como se estivesse em vigor. Fuba, em seu livro, narra este detalhe importante, incluindo um projeto do governo João Pessoa para restauração da bandeira extinta. O projeto não toma cabo a tempo, João Pessoa é assassinado e acaba por haver a decretação de uma nova bandeira frente ao contexto histórico de 1930.

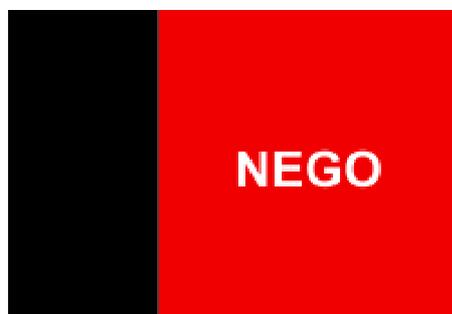


Figura 1 - Atual Bandeira do Estado



Figura 2 - Bandeira extinta em 1922

O que gostaríamos de frisar é que a retórica a respeito da bandeira é sempre em torno de uma imposição em detrimento de uma bandeira pré-existente, entretanto, o que é levado em consideração é sempre o tom de negatividade pelo luto e pelo sangue, é a representatividade de João Pessoa como homem feito pano, seu sangue, sua atitude (nego) imortalizados como representatividade de toda uma sociedade. Este parece ser o incômodo maior, ter João Pessoa como representante de um Estado através de uma bandeira.

Fuba (2008, p.46), aponta os assinantes do decreto que mudou o nome da capital e alega que, nenhum dos deputados era natural da capital paraibana. A tentativa de busca pela suposta “verdade histórica”, neste momento, acaba por resultar em argumentos estritamente políticos e até bairristas. Entendemos que uma cidade não é apenas de seus naturais, principalmente quando se trata de uma capital estadual. Parece haver certo bairrismo ao considerar alguns sujeitos, como o próprio João Pessoa. O resto do estado não tem direito de participação no que diz respeito a sua representação? Voltamos ao conceito de cidadania ateniense?

Diante os fatos, não restam duvidas da imposição em que a nossa história foi submetida. A população, devidamente articulada, pressionou os deputados para fazerem essa absurda mudança e não “um consenso coletivo provocado pela emoção”, como a maioria dos historiadores insiste em afirmar. Uma vergonha imperdoável. (RIBEIRO, 2008, p. 56).

Além da pesquisa feita por José Luciano Aires, onde vimos que em apenas sete capitais brasileiras não se encontra uma rua em memória de João Pessoa, segundo o sobrinho-neto de João Pessoa, Fernando Pessoa de Aquino, em entrevista ao Jornal da Paraíba de 27 de Julho de 2010, em razão das homenagens aos 80 anos de morte do ex-

presidente, depois de Getúlio Vargas é o nome de João Pessoa que mais é colocado em praças e ruas em todo o país. Assim podemos dar conta da dimensão do “mito” João Pessoa por todo o Brasil.

Consideremos que realmente tenha existido uma “comoção fabricada” na capital diante dos fatos de 1930 e que, a partir daí, houve as mudanças das quais estamos a debater. Teria sido todas essas homenagens fruto dessa “comoção fabricada”?

Todas estas colocações são apenas reflexões que nos levam a pensar as funções sociais do discurso histórico. Há, sem sombra de dúvidas, uma disputa de poder pelo controle da História e da memória que é concretizada e legitimada pela historiografia. Uma disputa que pode nos revelar ainda detalhes interessantes sobre as operações feitas nesta memória social que o MPCP veio a saracotear e que, para nosso estudo, pode nos revelar o que hoje se deve lembrar/esquecer para esta sociedade pessoense.

A via está aberta a uma outra história; não mais os determinantes, mas seus efeitos; não mais ações memorializadas nem mesmo comemoradas, mas o vestígio dessas ações e o jogo das comemorações; não mais os acontecimentos por si mesmos, mas sua construção no tempo, o apagar e o ressurgir de suas significações; não o passado tal como aconteceu, mas seus reempregos sucessivos; não a tradição, mas a maneira pela qual é constituída e transmitida (DOSSE, 2003, p. 286).

O homem é um sujeito histórico e recordar pode sim ser um ato coletivo que, indubitavelmente está ligado a um contexto social, a um espaço e um tempo que, também, são construções coletivas. Recordar é conferir sentido às imagens do tempo presente, onde estão encravadas temporalidades, memórias, culturas históricas e culturas historiográficas diferentes que vão se sobrepondo. Mas, a imaginação e a razão criadora reanimam e enriquecem a memória quando dão vida às imagens, recuperando seus significados ou ressignificando-os, de acordo com os sentidos dados ao passado, a função social deste passado na contemporaneidade.

O próprio hino da cidade é audacioso e nos representa a coroação de um homem que virou espaço, memória, cidadania. Um sujeito que causou mais debates mudo, do que falante. Que legou a sua memória para (ab)usos dos sujeitos de seu tempo e do tempo que se sucedeu.

Temos de levar em consideração que, determinados discursos, enfaticamente repetidos e adjetivados acabam por ser “absorvidos” pela população. Em uma análise mais atrevida, podemos levantar a hipótese de que a sociedade pessoense se apropria de tais discursos e engajam um movimento que talvez não lhes pertençam, não no sentido de que não lhes diz respeito, mas no sentido que pode ser apenas reflexos de outras disputas. Ou seja, não se trata de discutir História, mas sim de legitimar grupos e famílias que participaram e participam do cenário político paraibano.

O reverberar do MPCP é nítido, não só na capital, mas na segunda maior cidade do estado viu nascer um movimento irmão, o chamado Movimento Bandeira Viva (MBV). Este último nada mais é do que uma versão campinense do MPCP que visa o engajamento pela mudança da bandeira do estado. Este reverberar é apenas um exemplo, pois há um extravasamento maior do que se pode imaginar.

O Encontro Nacional de Estudantes de Comunicação Social realizado em 2010 teve como sede a capital paraibana. Mas em sua propositura o encontro denominou-se ENECOM PARAHYBA 2010, nas palavras da comissão organizadora:

O Coletivo Conjunto, no Enecom 2010, utiliza “Parahyba” no lugar de João Pessoa, o nome da capital, pois é parte de um movimento que se posiciona contrariamente ao atual nome da cidade, e luta pela troca por Parahyba, antigo nome da cidade, com origens indígenas. O coletivo entende que o nome foi modificado em momento de forte comoção popular, logo após a morte do ex-presidente do estado, João Pessoa, em 1930, e foi um artifício político para martirizar e encampar historicamente uma campanha a seu favor. Além disso, entende-se uma extrema personalização e um erro histórico de se expor o ex-presidente como um revolucionário das causas populares.⁵

Todo o debate a respeito de João Pessoa ou Parahyba ganhou notoriedade neste evento nacional em 2010, mostrando como o MPCP teve repercussão e até hoje, mesmo não tendo atividades oficiais, continua, através de seus participantes, levantando este debate que nem de longe parece ter um desenlace.

⁵ Mais informações podem ver em: <<http://enecomparaiba2010.blogspot.com>>. Acesso em: 25 jan. 2010.



Figura 3 - Logotipo do ENECOM 2010

Entendendo Memória e História como produto das carências de seus sujeitos, acreditamos ter uma possibilidade de se investigar este espaço para além de um elemento socialmente criado e recriado nas relações sociais e nos referenciais culturais das pessoas. Precisamos perceber os sentidos que os diferentes e grupos sociais envolvidos nesse processo imprimiram e imprimem ao que se designou João Pessoa e, como essas noções adquirem significado e se articulam com as disputas políticas e sociais. Mais do que isso, poderemos perceber melhor quais as mudanças ocorridas depois do movimento e da empreitada de seus sujeitos. As novas funções foram estabelecidas e como se passou a elaborar tais funções são inquietações que merecem reflexão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho intentamos discorrer sobre um momento de disputa em torno da memória de João Pessoa. Um tema que não é novo, mas que permanece pulsante na sociedade. Buscamos estudar o Movimento Paraíba Capital Parahyba e a obra *Parahyba 1930* porque consideramos um tema que traz uma disputa latente. Estamos tratando de um movimento que ambicionou mudar o nome de uma capital. Talvez tenha sido aqui a nossa contribuição maior: problematizar a relação entre a História e a historiografia nas relações de disputas na sociedade através dos nossos objetos, discutindo sobre as funções sociais da História e da Memória.

Neste sentido, acreditamos que cumprimos com o que nos propomos a debater, pois refletimos como a Memória e a historiografia podem ser construídas como um

espaço de disputas para a História. E, mais do que isto, discutimos o problema historiográfico da formação de determinadas representações históricas.

Fuba nos chamou atenção pela maneira ao qual se empenhou em criar uma nova narrativa que desconstruísse todo um discurso já consolidado e, mais do que isto, por se tratar de um não historiador que se utiliza da História para fomentar seu projeto, nos fazendo refletir sobre o papel da História na sociedade, suas apropriações e suas funções.

Debruçando-nos sobre a interpretação histórica promovida por Fuba e, principalmente pela maneira por qual desejou fazer, sem esquecermo-nos das implicações para a sociedade paraibana, encontramos um rico cenário para pensarmos sobre a relação da História como ciência especializada e a vida prática.

A personificação do movimento em Fuba, e sua maneira apaixonada em defender suas posições talvez tenham feito diferença no sentido de não ter conseguido êxito nas mudanças desejadas. Parece que as mudanças eram muito mais desejadas por ele próprio do que pelo resto do grupo. Fuba conseguiu orientar muitos, através de sua obra, que simpatizavam com o projeto mesmo sem entender as reais causas. São muitos que engrossaram o pleito apenas pelo "negativismo" da bandeira ou pela beleza da toponímia Parahyba. A partir de *Parahyba 1930* há uma fundamentação histórica para a mudança, que por ser polêmica longe de consenso e por envolver as famílias de muitos que ainda integram o cenário político paraibano, foi momentaneamente silenciado.

Entretanto, sem sombra de dúvidas, outros objetivos do movimento tiveram êxito, pois o debate tem sido feito em vários espaços da sociedade como demonstramos neste trabalho. Nos últimos anos, principalmente na capital paraibana, muito se tem discutido sobre a institucionalização desta Memória e desta História.

Percebemos que Fuba escreve "academicamente" utilizando valores da sociedade e não valores acadêmicos. Visa uma nova interpretação com uma imagem que as pessoas (não historiadores) possuem da História. Por isso, consegue atingir um grande número de pessoas que se identificam, afinal há uma carência latente na sociedade pessoense. Por isto Rüsen nos parece fundamental na medida em que se trata

de um teórico preocupado em como entender a relação da ciência especializada com a vida cotidiana.

Escapar das armadilhas do trabalho com o passado deve ser a busca de todo historiador, mas verificamos que nem sempre é uma prática. Muito pelo contrário, por vezes somos muito pouco atentos a estas implicações e seus desdobramentos, ao qual julgamos subjetivos demais para considerarmos para quem está acostumado em lidar com a objetividade dos documentos. Queiramos ou não, aceitemos ou não, a História que escrevemos está necessariamente determinada por um paradigma, por uma maneira de construir o mundo. E se assim é, melhor que tais paradigmas sejam claros e objetivos.

A percepção de que a verdade é produzida e não revelada traz a possibilidade de rebater a ideia de que certos discursos são inquestionáveis. Qualquer interpretação é, indiscutivelmente, parcial e situada. Há uma linha tênue entre a produção da História e o nosso interesse em que ela tenha ocorrido da maneira que produzimos.

O efeito sobre a vida prática é sempre um fator do processo de conhecimento histórico, de tipo fundamental, e deve ser considerado parte integrante da matriz disciplinar da ciência da História. Com o seu trabalho científico, os historiadores podem e querem produzir efeitos.

REFERÊNCIAS

AIRES, José Luciano de Queiroz. **Inventando tradições, construindo memórias: a “Revolução de 30” na Paraíba.** Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2006.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos.** 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1987.

DOSSE, François. **A História.** Bauru: Edusc, 2003.

FÉLIX, Loiva Otero. Política, memória e esquecimento. *In:* TEDESCO, João Carlos (org.). **Usos de memórias.** Passo Fundo: UPF, 2002.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HOBBSBAWN, Eric. **Sobre História**. Cia das Letras, 1998.

LANGARO, Jiani Fernando. Espaço, Região e História Social. **Revista Percursos-NEMO**, Maringá, v. 1, n. 1, p. 23-48, 2009,

RIBEIRO, Flávio Eduardo Maroja. **Parahyba 1930: A verdade omitida**. João Pessoa: Sal da Terra, 2008.

RÜSEN, Jörn. **Razão Histórica – Teoria da História I: fundamentos da ciência histórica**. Brasília: UNB, 2001.

_____. **Reconstrução do Passado – Teoria da História II: Os princípios da pesquisa histórica**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007a.

_____. **História Viva – Teoria da História III: Formas e funções do conhecimento histórico**. Brasília: UNB, 2007b.

TEDESCO, João Carlos (org.). **Usos de memórias**. Passo Fundo: UPF, 2002.